

***A RIVER FOR UNITY:***  
**IMAGENS, DISCURSOS E PRÁTICAS DE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NA ERA  
DO MILAGRE BRASILEIRO – VALE DO RIO SÃO FRANCISCO, ANOS 1970**

Elson de Assis Rabelo\*

No ano de 1977, a empresa Mercedes-Benz publicava o livro *São Francisco: o rio da unidade nacional, a river for unity*, cujo subtítulo tomamos para dar nome ao presente trabalho. O livro ricamente ilustrado, com texto em português e inglês, aparecia com 2000 exemplares, o que poderia denotar uma publicação restrita a determinados grupos e meios, o que mudará significativamente, no ano seguinte, quando, com os direitos de publicação cedidos à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), vem à luz a segunda edição do livro, com 10000 exemplares.

A tutela do Estado para tal publicação não era gratuita, obviamente. Nesse artefato que tomamos como documento, na medida em que o submetemos a uma problematização histórica (MENESES, 2003), encontramos cristalizadas algumas idéias e, especialmente, imagens e discursos, sobre aquele recorte geográfico do país, o Vale do rio São Francisco, suas culturas tradicionais, seus tipos sociais e sobre as práticas que a mesma CODEVASF vinha promovendo e estimulando. Neste texto, cabe colocar aqui, uma definição dada por Roger Chartier para o conceito de configuração, tal como os historiadores podem se apropriar dele para relacionar os artefatos da linguagem e a sociedade: “La realidad de los historiadores está constituida por configuraciones sucesivas donde se articulan pensamientos y monumentos, palabras y prácticas, conductas y eventos, relaciones y estructuras” (CHARTIER, 2007, p. 66. Grifo nosso). Considerando que, às “palavras e práticas”, acrescentaríamos, também, as imagens como constituintes das configurações históricas, propomo-nos, então, a discutir algumas questões, como: quais imagens, discursos e práticas se encontram materializadas ou abordadas pelo documento em questão; que configuração eles elaboram para esses espaços do interior do Brasil e a partir de que olhar; e qual sua relação com outras práticas dos anos 1970, num momento imediatamente posterior ao surto de desenvolvimentismo que agitou o país e, com um otimismo diferente de outros momentos, levou a que se chegasse à definição de ter ocorrido um “milagre econômico” nacional, capitaneado pelo Estado.

Ao apostarmos numa narrativa histórica com o apoio das imagens – trilha na qual adentramos com base na sugestão de alguns autores (ALPERS, 1999; MENESES, 2003) –,

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: elson\_rabelo@hotmail.com

abordaremos metodologicamente esse documento em duas frentes, por vezes simultâneas: a atenção à relação entre imagens, procurando indagar como passado e presente se entrecruzam e se implicam, e se está colocada uma dimensão narrativa, na constituição do artefato, pela aproximação temporal das imagens; a articulação intertextual entre imagens e enunciados escritos, em seu funcionamento conjunto ou separado, considerando a dinâmica interna dos enunciados verbais e visuais para constituir o artefato em seu lugar social e com propósito específico de divulgação (MAUAD, 2008, p. 49-56).

O primeiro desafio, então, é o da relação entre as imagens, ao longo do livro. São privilegiadas as fotografias, com tomadas aéreas ou terrestres de diferentes paisagens dos espaços banhados pelo São Francisco, margens, montanhas, cidades (Figura 4), nascente e foz, além de exuberantes fotos coloridas, como das festas religiosas, dos personagens populares típicos, das carrancas artesanais, das embarcações, de máquinas e plantações. E mesmo que não haja só fotos daquele momento presente, pois há um retrato do industrial Delmiro Gouveia e outra foto da Cachoeira de Paulo Afonso datada do início do século XX (Figura 1), outras imagens de passados mais remotos foram inseridas, de que são exemplos um mapa da invasão holandesa, uma pintura de Franz Post da mesma Cachoeira, um esboço do curso do rio, do século XVIII, uma ilustração da passagem de Spix e Martius e uma carta da bacia do rio, ambas do século XIX, a capa ilustrada do *Atlas* que o engenheiro Halfeld fizera por ordem de D. Pedro II (Figura 2), além de um mapa contemporâneo, produzido para vir anexo à publicação.



Figura 1: Reprodução de foto da Cachoeira de Paulo Afonso, começo do século XX. Figura 2: Fac-símile do *Atlas* do Engenheiro Halfeld. Figura 3: Carrancas do artesão Guarany (imagem de sobrecapa do livro)<sup>1</sup>.

Como podemos visualizar essas imagens e os diferentes estratos temporais que elas denotam ao serem postas para funcionar no interior do livro? Sim, como assinalamos, essa edição das imagens tem certa conotação narrativa, muito embora, dentre elas, a própria fotografia se mostre como descritiva na forma como elabora as imagens e na sua função de

dar a ver (ALPERS, 1999, p. 105-106). Por essa dimensão narrativa, ora visualizamos a “descida” através do curso do rio, desde o Chapadão da Zagaia, como o texto chama a região das nascentes, ora as imagens se detêm para mostrar as figuras populares (o pescador, o vaqueiro, os passageiros dos navios “gaiolas”, as crianças, os idosos) e as atividades econômicas herdadas de tempos remotos e recentes (pecuária, pesca, artesanato, navegação, agricultura irrigada, produção de energia elétrica). Reunidas, tais como pedaços do passado e do presente evocados para fazer sentido naquele momento de acordo com determinada visão de história, as imagens – como também o texto – procuram, ainda, dar conta de um complexo jogo temporal, que, desde meados do século XX intrigava observadores e viajantes que passavam pelo rio, isto é, a intrincada situação de um país que parecia possuir temporalidades díspares coexistindo em seus múltiplos espaços, culturas e populações, as quais chegavam a colocar obstáculos às perspectivas de desenvolvimento. Assim, outro sentido dado às imagens, em sua dispersão, seria o de conferir unidade a um recorte do interior do Brasil que abrangia esses espaços tão diversificados, indo do Estado de Minas Gerais, passando pelos de Pernambuco e Bahia, chegando até os de Alagoas e Sergipe – unidade que parecia subsumir as fronteiras estaduais e que estava na ordem do dia para o planejamento e a atuação de instituições como a própria CODEVASF, desde que seu embrião surgira no final dos anos 1940.

Era tal multiplicidade que explicava que houvesse, por um lado, espaços como as chamadas cidades gêmeas de Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco (Figura 4), separadas pelo rio e consideradas as “metrópoles” sertanejas porque já se apresentavam como um “grande pólo de desenvolvimento cravado em pleno sertão de caatinga, com diversas indústrias e forte comércio absorvendo grande parte da mão-de-obra convergente”. Seu “dinamismo” se devia, “em boa parte, ao fato de se ligarem por asfalto com as capitais nordestinas e os demais pólos de desenvolvimento regionais” (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 94). Por outro lado, havia as pequenas vilas nascidas dos currais da pecuária, das quais se dizia que eram “sempre defasadas em relação ao progresso verificado em outros centros urbanos, devido às dificuldades de comunicação” (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 26). O tema do isolamento como fator de “atraso” e “defasagem cultural”, aliás, era já bastante utilizado, inclusive em enunciados racialistas que o livro recupera, como o de Geraldo Rocha, para falar que o homem do São Francisco constitui uma “sub-raça”, produto da miscigenação e especialmente da presença do “tipo bandeirante, que lutou com a Natureza, devassou os sertões ínvios, dominou os selvagens, repeliu o elemento estranho” (ROCHA apud. SÃO FRANCISCO, 1978, p. 38).



Figura 4: A vista de Petrolina e Juazeiro.



Figura 5: Vaqueiro.



Figura 6: Morador de Pirapora, Minas Gerais.

O caráter narrativo do livro em questão deixará ainda mais explícito seu esforço de aglutinar essa multiplicidade temporal e espacial em outros pontos de articulação das imagens com os textos. Por exemplo, ao falar dos “sertões dos coronéis”, o texto dirá que “não tardará o retorno da idade do couro, essa de constante altos e baixos mas nunca interrompida de todo”. Talvez por isso as fotos exibam de forma um tanto folclorizante os vaqueiros e seus trajes de couro (Figura 5) bem ao lado do texto que fala sobre a “sub-raça” sertaneja e sobre as populações rurais que vivem “praticamente isoladas dos centros urbanos mais avançados ou pelo menos enfrentando dificuldades para manter com estes um relacionamento frequente” (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 38). Novamente, o isolamento, aliado a condicionamentos como “as precárias condições de vida dos barqueiros e demais ribeirinhos do São Francisco, o analfabetismo dominante e o espírito ingênuo característicos constituem chão fértil para o surgimento e a fixação das mais variadas crendices e superstições” (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 45). Descrevendo as crendices e superstições em suas diferentes manifestações na criação de “personagens mitológicos” (o Minhocão, o Surubim-rei, a Mãe d’Água etc.), e indagando sobre suas origens étnicas e sociais, o texto ressalta que essas “crendices têm perdurado na imaginação dos ribeirinhos até os dias de hoje”, de que era exemplo, a prática de confecção das famosas carrancas, herdeiras da navegação, cujas imagens servem de capa para o livro. Mesmo atestando o deslocamento dos usos das carrancas da navegação para o mercado de artesanato, como objeto decorativo e como “uma das mais genuínas manifestações da arte popular brasileira” (Figura 3), mantendo ou não sua “função mágica de afugentar maus espíritos”, o texto e as imagens, reiteram a folclorização das culturas ribeirinhas ao lhes atribuir uma explicação sociológica determinista – elas seriam causadas pelas “duras condições de vida” e pela labuta diária pela sobrevivência.

Quando tomamos as notas e citações do livro, percebemos ainda mais essa retomada de enunciados e imagens do passado sobre o São Francisco, desde autores dos séculos anteriores, escritores do século XX, como Orlando Carvalho e Geraldo Rocha – cujos livros foram publicados pela Coleção Brasileira, e estão entre aqueles que cristalizaram o recorte geográfico “Vale do São Francisco”, desde o final dos anos 1930 –, pela obra do sociólogo estadunidense Donald Pierson, *O homem no Vale do São Francisco*, resultado de uma pesquisa feita nos anos 1950 por encomenda da Comissão do Vale do São Francisco, e especialmente textos recentes à época, como a longa matéria de capa de Audálio Dantas, ricamente ilustrada com fotos de Jean Solari, que a revista *Realidade* publicara em 1972 sob o título “O Vale da Esperança”, e outras matérias menores do fotojornalismo, como das revistas *Veja*, *Manchete* e *Quatro Rodas*. Citando referências e fragmentos de tempos, mas também de espaços, reforçando essa ideia de unidade do “país do São Francisco”, como dissemos, o livro repõe também alguns dos temas consagrados para se pensar o rio – os quais entraram para a construção de um imaginário nacional sobre esses espaços fluviais em sua relação íntima com a brasilidade (“rio da integração nacional”, “rio-estrada”, “rio dos currais”) –, e atualiza a mística de uma integração que se daria pelo investimento no interior do país num momento estratégico de nacionalismo em que já se colhiam alguns resultados das políticas desenvolvimentistas do regime militar da virada da década de 1960 para a década de 1970, políticas que indicavam a necessidade de “incorporar as tecnologias mais modernas aos segmentos mais dinâmicos da sociedade e integrar segmentos e regiões atrasados ao núcleo mais moderno da economia” (EARP; PRADO, 2003, p. 220). O São Francisco, sua história e sua gente, sua natureza e sua cultura não apenas tinham sido, no passado, fatores de integração para a consolidação do território brasileiro, mas após terem se situado entre os tais segmentos e regiões “atrasados”, estariam, nos anos 1970, enfim, buscando sair do atraso, via integração, desta vez enérgica, por força do governo e dos grupos privados que ali investiam.

Se dissemos antes que a narrativa do livro tem uma visão de história, claro já está que essa visão é oficial, do ponto de vista do Estado nacional e de suas instituições, e para a qual os conceitos de progresso e desenvolvimento são palavras-chave, desdobrados não apenas em termos teóricos, mas recorrentes nos discursos e práticas que intervieram na sociedade brasileira e nas suas formas de divulgação para a construção otimista do “Brasil grande”, frequentemente à revelia e em prejuízo dos muitos grupos sociais (COELHO, 2012, p. 112-130). Encontramos essa visão em um capítulo importante dessa história a ser narrada do “rio sem história” – conforme o repetido dizer de Vicente Licínio Cardoso –, que é aquele

das instituições e de sua atuação no rio, capítulo que, mesmo sendo breve, no texto, mantém um laço inequívoco com a instituição que reeditou o livro. Um trecho dele diz:

[...] os homens do sertão ficaram longos anos em estreita dependência das iniciativas partidas de fora para dentro. Foi a partir da década de 1930 [...] que se começou a pensar mais seriamente nas possibilidades de uma promoção global do vale são-franciscano. Tais propósitos acabaram se concretizando, em 1948, com a criação da Comissão do Vale do São Francisco, para a qual a irrigação se constituiu já numa das principais metas a serem atingidas – ou melhor num dos principais instrumentos da recuperação econômica do vale. Combatida por muitos, discutida quanto à sua atuação concreta, a Comissão foi reestruturada dezanove anos depois e passou a ser Suvale-Superintendência do Vale do São Francisco; alguns anos depois, foi esta substituída pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Uma preocupação constante de todas as atuações: a irrigação. (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 112).

É com o objetivo de mostrar essa recuperação econômica do Vale, para a qual concorriam ainda outras instituições citadas, como a CEMIG e a CHESF, que o livro mostrará acentuadamente imagens das práticas desenvolvimentistas, indicando no texto seu impacto sobre as populações. Começando pela eletrificação, sobre esta se diz que “fatalmente o progresso tecnológico na captação e aproveitamento da energia hidrelétrica voltaria os olhos para as belezas da Cachoeira de Paulo Afonso. E para outros pontos do rio também. [...] hoje, a paisagem local está bem mudada: fios de alta tensão e muralhas de concreto canalizando a energia das águas compõem novo quadro, em que a histórica usina de Delmiro [Gouveia] se torna cada vez de proporções mais acanhadas” (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 98). Não à toa, essa nova composição da paisagem se dava inclusive, de forma imagética, com a escolha de ângulos de visão que geometrizaravam a nova paisagem de concreto e água, como a indicar uma natureza submetida ao cálculo humano, ou bem uma potência de domesticação vigorosa das terríveis cachoeiras (Figura 1 e 2) pela força da engenharia e da vontade política (Figura 7).



Figura 7: Barragem de Moxotó, Paulo Afonso, Bahia. Figura 8: Projeto Bebedouro, Petrolina, Pernambuco.

Além do Completo Hidrelétrico de Paulo Afonso e de outros descritos como o de Três Marias, em Minas Gerais, o mais importante projeto de eletrificação era a represa de Sobradinho, na Bahia, cuja extensão e volume de água dela decorrentes formariam “o maior lago artificial da América Latina”, além de implicar na desastrosa inundação de quatro cidades submergidas pelas águas (Casa Nova, Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado), “obrigando-se a que os habitantes das áreas urbanas e rurais sejam, respectivamente, uns relocados para as cidades homônimas em construção e outros tenham, como alternativa, transferência para as agrovilas do projeto especial de colonização em Bom Jesus da Lapa” (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 101). Esse assunto polêmico, que causou desassossego para as populações locais, é, no entanto, quase celebrado como uma das “profundas transformações econômico-sociais” que a Barragem traria, ao lado de outras reconhecidas vantagens dela advindas: “produção de energia elétrica, controle das enchentes, irrigação e melhoria das condições de navegabilidade do São Francisco” (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 106).

Fruto da eletrificação e preocupação das instituições desenvolvimentistas, como citamos acima, a irrigação seria essa construtora de “oásis” no sertão do São Francisco, motivo porque o texto assinala novamente, como uma das “áreas prioritárias” da CODEVASF, a de “Juazeiro-Petrolina, devido exatamente aos excelentes resultados de irrigação apresentados por um dos projetos que a integram: o Projeto Piloto de Bebedouro” (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 112). O capítulo em que a assertiva sobre a “descoberta da colheita regular” é traduzida para o inglês como “the blessing of steady crops”, acompanhado de, à época, inesperadas imagens de uvas cultivadas na caatinga, assinala esse caráter de “bênção” trazida pela irrigação, junto com “condições de trabalho jamais cogitadas” e “uma experiência nova [para] essas famílias habituadas à incerteza, à dúvida e aos imprevistos”, como a seca e a necessidade de migração. Se uma das questões mais delicadas para lidar com as populações do campo, especialmente no Nordeste brasileiro e em suas áreas pouco produtivas, foi a posse da terra, desde os conflitos do período colonial e especialmente, no Vale do São Francisco, onde vários textos se referem aos desmandos políticos dos latifundiários (como por exemplo, PIERSON, 1972, p. 339-361), o texto do nosso livro se esquivava de qualquer mal-entendido sobre o acesso à terra e seu uso: “novidade também para os agricultores constitui o fato de que eles não se tornam proprietários de terra no Projeto Bebedouro, e eles estão conscientes de que o trabalho responsável é a melhor garantia de permanência nos lotes pré-selecionados” (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 116. 118). Embora pareça importante para o texto fazer essa ressalva, é até irônico questionar em que constitui novidade uma política de uso da terra que não altera os proprietários, e na qual o Estado

figura como aquele que concede a “bênção” do trabalho através da promoção da irrigação e da permanência de várias relações de produção desiguais.

E, no entanto, o Projeto Bebedouro permitia fazer, em relação ao Vale, a metáfora segundo a qual “as raízes de progresso nele plantadas ainda não desabrocharam de todo, mas o vale em transformação já adquiriu sua maior riqueza: a esperança, em lugar do sonho sem perspectivas” (SÃO FRANCISCO, 1978, p. 122). Na página ao lado daquela onde se encontra a última citação, vê-se a foto de uma criança colhendo água numa encanação, num cenário lamacento de plantação que rompia com o estereótipo de seca e aspereza sertanejas (Figura 8). Não é a única foto de crianças trabalhando, nessa parte do livro sobre a agricultura irrigada em que há meninas colhendo cebolas, arroz, verduras – o que se diferencia, ainda, dos estereótipos raciais do “homem forte” do sertão ou do mestiço de “sub-raça” que o texto menciona antes.

Poderíamos, associar essa última metáfora visual, com aquela lançada pela revista *Realidade*, em 1972, e que, como dissemos, é uma dos principais enunciados de referência para o livro *São Francisco*, do qual são apropriadas várias temáticas (como as do oásis, do isolamento, dos tipos populares). A metáfora em questão é a da infância, correlacionada agora ao clichê desenvolvimentista da “esperança”, igualmente lançada pela revista. *Realidade* também construía uma narrativa histórica sobre o rio, com o apoio de imagens e um pouco mais nuançada, na qual dizia que o São Francisco fora tratado como “menino de recado” das coisas do Brasil, correndo entre Norte e Sul, entre sertão e litoral, entre as zonas açucareira, mineradora e pecuarista, carregando víveres e pessoas, à mercê dos interesses e das diferenças de tratamento dos polos espaciais dominantes, sem que jamais a Nação moderna que veio a se constituir em função de sua riqueza lhe desse a devida atenção (REALIDADE, 1972, p. 95). Sem dúvida, há algo de paternalista quando o livro *São Francisco* diz que a colheita regular é uma “bênção” ou quando secundariza as populações em relação aos projetos desenvolvimentistas (seja a irrigação, seja a eletrificação) e aos impactos que eles viessem a ter sobre o mercado. Nas fotos, essas crianças-metáforas dos ribeirinhos e sertanejos, sorrindo ou concentradas no trabalho, talvez indiquem, portanto, a iminência do desenvolvimento e da emancipação da “idade do couro”.

É nesse sentido que, com um olhar folclorizante sobre as culturas sanfranciscanas, e com um olhar ufanista e utópico sobre as práticas que o Estado nacional estava implementando naqueles espaços, cabe inferir que o livro terminou por funcionar como veículo de divulgação daquelas práticas, a partir de uma apropriação institucional desse artefato. Nesse sentido, uma instituição como a CODEVASF se comportou como um

importante ator na consolidação de um possível regime visual desenvolvimentista, objetivando seja veicular as práticas de intervenção maciça do governo, que se davam também em outros espaços do país, seja de repor o nacionalismo vigente no regime militar através da reinterpretação da temática do “rio da unidade nacional”. Ora, essa temática, como vimos, tinha uma mão dupla, no sentido que o São Francisco, além de parecer ser “uno” em seu Vale – como se disse sobre o Nordeste, décadas antes, e como se começava a dizer sobre a “Amazônia”, por volta da mesma época – também comportava e selava em seu curso e em suas margens a unidade nacional, geográfica, histórica, política e, doravante, econômica. Daí que se entende também, no texto apaziguador e nas imagens que cativam os olhos, a proposição de uma unidade sem conflitos, especialmente os conflitos referentes ao espaço, como a posse e uso da terra pela agricultura e o deslocamento forçado das populações rurais e urbanas atingidas pelas barragens.

Essa unidade nacional se pretendia reconstruir e fazer conhecer até mesmo fora dela – e então fica mais claro o porquê de o texto ser bilíngue – com as várias peculiaridades e percalços de tradução que caberia investigar com mais cuidado, como vimos quando se verteu a palavra “descoberta” por “blessing”, para se referir à colheita regular advinda da irrigação. Se o título geográfico é intraduzível, o subtítulo em inglês merece mais um questionamento na leve alteração que sofreu em relação ao subtítulo em português. De “o rio da unidade nacional” para “a river *for* unity” [grifo nosso], pode-se compreender o deslocamento do passado de uma história para a qual o rio contribuiu, que teria vindo dar, de forma teleológica, na unidade nacional, para um presente e um futuro promissores para toda a Nação, o rio estaria prenhe desses tempos – e um dos tópicos sobre as “esperanças plantadas”, inclusive, é traduzido como “full of promises”. Para aqueles de fora do Brasil que não partilhassem da memória nacional brasileira, elaborada com o apoio da historiografia, do discurso e da produção cultural do nacional-popular e mesmo das políticas de Estado, especialmente ao longo do século XX, interessava transmitir, através de um artefato como esse, apenas a ideia de uma unidade baseada na riqueza nacional, a ser prospectada em sua natureza e eventualmente por sua superação.

A historiografia já constatou os interesses nacionais e internacionais envolvidos nos projetos desenvolvimentistas brasileiros, através de cuja eficácia o regime militar procurava se legitimar, e isso é uma interpretação ainda recorrente da composição de um livro bilíngue divulgador de imagens e enunciados de um recorte geográfico brasileiro em desenvolvimento (EARP; PRADO, 2003). Na medida em que muitas dessas práticas eram decorrentes ainda de desdobramentos da era do milagre econômico brasileiro, que dependeu de investimento

internacional, a leitura histórica de um artefato como o livro *São Francisco*, enquanto documento, ajuda a problematizar, desde uma dimensão verbo-visual, aquela sociedade e suas configurações espaciais em sua constituição mesma, tendo em vista que elas são, também, resultados complexos dessa rede de enunciados e imagens pelos quais se constituem os objetos e sujeitos históricos.

### **Referências Bibliográficas:**

ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever*. São Paulo: EDUSP, 1999.

CHARTIER, Roger. Conversar con Chartier (Barcelona, 5 de junio de 2007). *Historia, Antropología y fuentes orales*. Asociación Historia y Fuente Oral/Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona y Editorial Universidad de Granada, n. 38, 2007.

COELHO, Maria Beatriz. *Imagens da Nação: brasileiros na fotodocumentação de 1940 até o final do século XX*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; EDUSP, 2012.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (col. *O Brasil Republicano*. vol. 4).

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes*. Ensaios sobre história e fotografias. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45, São Paulo: ANPUH/HUMANITAS, julho de 2003.

*Realidade*. São Paulo, ano VI, n.º 72, mar. 1972.

*São Francisco: o rio da unidade, a river for unity*. 2. ed. Brasília: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1978.

PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério do Interior; Superintendência do Vale do São Francisco, 1972.

### **Notas**

---

<sup>1</sup> Todas as imagens foram retiradas do livro citado *São Francisco: o rio da unidade, a river for unity*